

OPINIÃO

Por que o agronegócio deve parar de customizar a gestão e conectar sistemas a ela para otimizar a produção

Tadeu Barbosa (\*)

O agronegócio brasileiro construiu uma base tecnológica consistente ao longo das últimas duas décadas.

Nesse período, os sistemas de gestão empresarial, como o SAP, passaram a estruturar finanças, contratos, compras e logística com alto nível de controle e previsibilidade.

Essa é uma base que continua sendo indispensável.

Porém, os primeiros sinais de descompasso começam a aparecer quando a operação exige um nível de detalhamento que vai além do papel para o qual esses sistemas foram concebidos.

Há um conjunto de demandas que avançou em velocidade maior do que a evolução dos próprios sistemas: rastreabilidade por área, controle por talhão (unidade mínima de cultivo), integração com máquinas agrícolas, gestão por safra e variedade, compliance com certificações internacionais.

O ambiente de dados reflete essa mudança. A IDC projeta crescimento acelerado na geração de dados em operações físicas e distribuídas, impulsionado por sensores, telemetria e integração de equipamentos. Ainda assim, o Gartner estima que até 73% desses dados não são utilizados de forma efetiva em processos de decisão.

A distância aparece na prática operacional. A empresa amplia sua capacidade de capturar informação, mas encontra dificuldade em transformar esse volume em decisões rápidas e aderentes ao campo.

A reação mais comum tem sido expandir os próprios sistemas de gestão empresarial, incorporando regras, exceções e particularidades do negócio. E o efeito tende a ser progressivo.

Cada customização resolve um ponto específico, mas amplia a complexidade do

ambiente, pois:

- as atualizações passam a exigir mais tempo e esforço.
- a área de tecnologia direciona cada vez mais energia para sustentar o que já foi construído, com menor espaço para evoluir.

No agronegócio, onde as decisões precisam acompanhar o ritmo da safra, da logística e das exigências de mercado, esse tipo de limitação passa a impactar diretamente produtividade e margem.

O ponto central não está no sistema, mas na forma como ele vem sendo utilizado.

Isso porque os sistemas de gestão empresarial cumprem bem o papel de registro, consolidação e governança, mas, quando passam a concentrar processos altamente específicos que necessitam constantemente de adaptação, a estrutura começa a perder eficiência.

As operações mais maduras já começam a reorganizar esse modelo e o SAP permanece como núcleo transacional. A lógica do negócio, especialmente aquela que exige granularidade e adaptação contínua, passa a ser tratada fora dele, em sistemas conectados que refletem a realidade do campo.

Na prática, a tecnologia recupera capacidade de evolução, pois:

- a complexidade deixa de ser acumulada no lugar errado;
- o sistema de gestão empresarial recebe o dado consolidado;
- e, conseqüentemente, a operação ganha aderência.

Como o agronegócio brasileiro já demonstrou a capacidade de escalar produção com eficiência, o desafio é outro: sustentar a complexidade crescente sem comprometer a base que viabiliza o negócio.

(\*) Head de novos negócios e inovação da CBDS.

Além do Plano Safra: por que a gestão virou o novo critério de crédito no agro

Converso com produtores rurais toda semana. É uma situação que se repete mais do que deveria: operação robusta, faturamento expressivo, anos de experiência no campo, e Plano Safra como principal e, muitas vezes, única fonte de crédito. Não por falta de alternativas. Por falta de governança.

Henrique Galvani (\*)

Ainda é comum encontrar produtores com operações robustas, faturamento expressivo e histórico consolidado, mas com lacunas básicas de gestão. Isso acaba limitando o acesso a outras fontes de financiamento, restando o Plano Safra como principal e, muitas vezes, única alternativa. Esse contraste evidencia um ponto central; o agro brasileiro já alcançou alta eficiência produtiva, mas ainda enfrenta desafios relevantes quando o assunto é gestão e estruturação financeira.

Demonstrações financeiras desestruturadas, ausência de projeção de fluxo de caixa, contratos informais e pouca separação entre pessoa física e jurídica seguem como entraves silenciosos. Na prática, o gargalo deixa de ser produtivo e passa a ser organizacional, restringindo o acesso a crédito mais sofisticado e competitivo. Esse cenário ganha ainda mais relevância em um momento de transformação no mercado de crédito. O modelo tradicional, historicamente concentrado em linhas subsidiadas, começa a dar sinais de maior restrição, com aumento de custos e redução proporcional de incentivos.

Dentro desse contexto, o Plano Safra segue como um pilar importante, mas já não pode ser visto como única alternativa. No ciclo 2025/2026, o volume foi de R\$ 605 bilhões de crédito rural total anunciado, incluindo agricultura empresarial e familiar, mas houve redução no subsídio efetivo e aumento das taxas de juros, refletindo um ambiente mais desafiador. Mais do que volume, o momento exige uma leitura mais ampla sobre diversificação das fontes de financiamento.



Henrique Galvani.

O investidor quer entender a operação, avaliar riscos e ter clareza sobre a capacidade de execução ao longo do tempo, o que eleva o nível de exigência para os produtores.

Ao mesmo tempo, cresce a presença de instrumentos privados como Cédula de Produto Rural (CPR) estruturada, Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e notas comerciais incentivadas, que ampliam as possibilidades de financiamento no setor. Diferentemente do crédito tradicional, mais padronizado, o capital privado opera com uma lógica mais analítica e criteriosa.

Essa transformação já é visível nos dados: em 2025, pela primeira vez na história, o

estoque de títulos privados superou o volume de empréstimos bancários tradicionais no Brasil, R\$ 2,21 trilhões contra R\$ 2,19 trilhões, segundo levantamento da Rio Bravo Investimentos com dados do Banco Central. Há dez anos, o mercado de capitais representava menos de um terço do crédito bancário. No agro, esse movimento ainda está em estágio inicial, estimamos que 25% a 30% do estoque de crédito do setor venha do mercado de capitais. Enquanto o restante da economia já fez a travessia, o agro ainda está na ponte.

Há, porém, uma diferença fundamental. Enquanto o crédito tradicional tende a seguir critérios mais uniformes, o capital privado exige previsibilidade, transparência e organização. O investidor quer entender a operação, avaliar riscos e ter clareza sobre a capacidade de execução ao longo do tempo, o que eleva o nível de exigência para os produtores.

É nesse ponto que a governança se torna decisiva. Organizar a gestão financeira, estruturar informações e profissionalizar processos não é apenas uma evolução administrativa, mas um passo estratégico para ampliar o acesso a capital, diversificar fontes de financiamento e, inclusive, reduzir o custo financeiro das operações.

O agro brasileiro já é reconhecido pela eficiência produtiva. O avanço agora passa pela capacidade de gestão. Em um cenário mais exigente, quem se antecipa e estrutura melhor sua operação terá mais alternativas, maior autonomia para crescer e melhores condições de negociação. O crédito existe. As alternativas também. A diferença está em quem está preparado para acessá-las.

(\*) CEO da Arara Seed.

Imunocastração avança na suinocultura moderna ao aliar eficiência produtiva, previsibilidade e bem-estar animal

As exportações brasileiras de carne suína atingiram recorde de volume e receita em março de 2026, somando cerca de 153,8 mil toneladas — um crescimento de 32,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reforça a força e a competitividade da suinocultura nacional no mercado internacional, impulsionada pela demanda externa e pela consolidação do Brasil como um dos principais players globais do setor.

Nesse cenário de evolução e busca por maior eficiência, tecnologias que agregam valor à produção ganham protagonismo. A imunocastração, método que substitui a castração cirúrgica por meio da aplicação de vacina que atua na redução dos hormônios reprodutivos, se destaca como uma dessas estratégias, ao contribuir diretamente para a melhoria da qualidade da carne, o aumento do percentual desta carne na carcaça e melhora nos índices de conversão alimentar, gerando maior valorização econômica por animal abatido.

A suinocultura brasileira tem passado por uma transformação significativa nos últimos anos, impulsionada pela adoção de práticas que elevam os padrões de produtividade e sustentabilidade nas granjas. Nesse contexto, a adoção desse tipo de manejo tem se consolidado como uma alternativa eficiente para produtores que buscam aliar desempenho produtivo,



previsibilidade de resultados e cuidado com o bem-estar dos animais.

“O Brasil tem um papel estratégico no mercado global de carne suína, e, diante do crescimento das exportações, é cada vez mais importante contar com tecnologias que garantam previsibilidade, bem-estar animal e ganhos de produtividade ao longo de toda a cadeia”, destaca Dalvan Veit, Gerente Técnico de Suínos da Zoetis Brasil. “Soluções como a imunocastração contribuem diretamente para a eficiência dos sistemas produtivos, permitindo ao produtor atender às exigências dos mercados com mais qualidade, consistência e competitividade” conclui.

Nesse contexto, a vacina Vivax®, da Zoetis, têm desempenhado papel fun-

damental ao apoiar os produtores na implementação dessa estratégia de forma segura e eficaz. A aplicação é realizada por meio de duas aplicações subcutâneas de 2 mL na base do pescoço. Os animais deverão receber duas doses administradas com pelo menos 4 semanas de intervalo. Suínos machos deverão receber uma segunda dose de Vivax® entre 3 e 10 semanas antes do abate, enquanto as fêmeas, entre 4 e 10 semanas antes do abate.

“Estamos falando de uma tecnologia pioneira registrada em mais de 70 países, presente nos cinco continentes e já aplicada em mais de 225 milhões de animais abatidos no Brasil, o que reforça sua segurança e eficácia na prática”, destaca Dalvan. “Esse nível de adoção global e escala de uso traz ainda mais confiança para o produtor e contribui para uma suinocultura mais previsível, produtiva e alinhada às demandas de bem-estar animal e qualidade exigidas pelo mercado” finaliza.

A empresa reafirma seu compromisso de seguir investindo em ciência, capacitação e novas tecnologias que contribuam para uma produção mais eficiente, ética e alinhada às expectativas de consumidores e mercados globais, guiada pelo propósito de entregar uma experiência excepcional para encantar seus clientes e liderar por meio da inovação em toda a diversidade do portfólio.

Certificação RTRS supera 10 milhões de toneladas e consolida Brasil como principal fornecedor de soja responsável no mundo

A certificação da Mesa Global da Soja Responsável RTRS (Round Table on Responsible Soy) consolidou, em 2025, sua expansão global e reforçou o protagonismo do Brasil na oferta de soja responsável. Dados mais recentes indicam que a produção mundial certificada atingiu 10,3 milhões de toneladas, evidenciando o avanço da adoção de práticas sustentáveis em larga escala ao longo da cadeia agrícola.

O crescimento não se limita à produção. A demanda global pelo grão certificado também avançou, com alta de 9,5% em 2025, somando 8,1

milhões de toneladas. O movimento está diretamente ligado ao maior engajamento da indústria, especialmente nos segmentos de ração animal e alimentos, diante de exigências crescentes por cadeias mais sustentáveis e rastreáveis. A base produtiva da certificação também segue em expansão. Atualmente, a RTRS reúne mais de 84 mil produtores certificados, além de uma rede estruturada que inclui centenas de unidades de armazenamento, portos e indústrias, conectando diferentes elos da cadeia.

O Brasil lidera esse movimento de forma expressiva. De acordo com a RTRS, o país concentra

220 unidades certificadas e responde por 77% da área total e 83% da produção global de soja RTRS, consolidando-se como principal fornecedor de soja responsável ao mercado internacional.

Atualmente, os produtores certificados RTRS estão no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Índia e Uganda, enquanto a demanda segue puxada principalmente por mercados europeus. Países como Holanda e Dinamarca lideram o consumo, impulsionados por regulamentações ambientais mais rigorosas e pressão por rastreabilidade (<https://responsiblesoy.org/>).

Consumo de ovos bate recordes e acelera transformação da produção avícola

Impulsionada pelo avanço do consumo, pelo reconhecimento do valor nutricional do alimento e pela adoção de novas tecnologias na avicultura de postura, a produção de ovos no Brasil atravessa um período de crescimento e transformação. Diante desse cenário, especialistas e representantes da cadeia produtiva estarão reunidos nesta semana, nos dias 20 e 21 de maio, em Recife (PE), para o Simpósio de Inovações na Produção de Ovos Comerciais, promovido pela Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia Animal (FACTA).

Entre os temas em debate estarão a evolução da demanda por ovos comerciais no Brasil e no mercado internacional, além das perspectivas para o setor nos próximos anos. O presidente do Instituto Ovos Brasil, Edival Veras, apresentará uma análise comparativa entre o Brasil e outros países produtores, destacando o crescimento do consumo de ovos pela população brasileira nas últimas décadas.

“Há cerca de 15 anos, o brasileiro consumia aproximadamente 120 ovos por pessoa ao ano e



atualmente esse número está em 288 ovos per capita, de acordo com a ABPA [Associação Brasileira de Proteína Animal]”, afirma. Segundo Veras, o cenário reforça o papel estratégico da avicultura de postura no fornecimento de proteína acessível e de alto valor nutricional.

“A produção nacional vem acompanhando essa demanda de forma responsável, enquanto o Instituto Ovos Brasil trabalha para mostrar ao consumidor todos os benefícios do consumo de ovos. Trata-se de um alimento completo e muito importante para a saúde”, destaca o presidente da entidade.

Mais informações sobre a programação e inscrições estão disponíveis no site oficial: <https://eventos.facta.org.br/2026-simposio-poedeiras/>.